Sofape Fabricante de Filtros S/A

CNPJ Nº 04.155.026/0001-60

Declaração da Administração: Aos Administradores e Acionistas da Sofape Fabricante de Filtros S.A., em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos a apreciação de V.Sas., as demonstrações Financeiras, acompanhadas do relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)

Ativo	Nota explicativa	2023	2022
Caixa e equivalentes de caixa	10	66.977	116.159
Contas a receber de clientes	11	109.099	68.365
Estoques	12	91.119	108.318
Tributos a recuperar	14	14.721	34.796
Instrumentos Financeiros derivativos - ativo	15	-	343
Outros ativos		4.612	3.421
Total do ativo circulante		**286.528**	**331.402**
Tributos a recuperar	14	331	338
Depósitos judiciais		1.140	1.275
Outros ativos		2.897	3.801
Total do realizável a longo prazo		**4.367**	**5.414**
Imobilizado	17	86.799	96.809
Intangível	18	272.766	269.962
Total do ativo não circulante		**363.932**	**372.185**
Total do ativo		**650.460**	**703.587**
Passivo e patrimônio líquido			
Fornecedores	19	81.488	89.093
Empréstimos e financiamentos	20	109.848	106.488
Tributos e contribuições a recolher	21	12.997	11.925
Salários e encargos sociais	22	20.969	18.183
Instrumentos Financeiros derivativos - passivo	15	33	417
Arrendamento mercantil a pagar	23	15.122	13.501
Contas a pagar e outras obrigações	24	53.776	56.936
Total do circulante		**294.232**	**296.543**
Empréstimos e financiamentos	20	63.818	90.473
Tributos e contribuições a recolher	21	-	-
Arrendamento mercantil a pagar	23	21.112	35.321
Contas a pagar e outras obrigações	24	48.739	69.396
Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e tributários	25	2.405	3.343
Impostos diferidos	13	18.992	19.836
Total do não circulante		**155.066**	**218.369**
Patrimônio líquido			
Capital Social	26	186.544	186.268
Reserva de capital	26	1.982	1.981
Reserva de Lucros	26	11.599	-
Reserva Legal	26	1.037	426
Total do patrimônio líquido		**201.162**	**188.675**
Total do passivo e patrimônio líquido		**650.460**	**703.587**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)

	2023	2022
Lucro líquido/(prejuízo) do exercício	12.209	(9.239)
Resultado abrangente total	**12.209**	**(9.239)**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)

	Nota	2023	2022
Receita líquida	27	**713.960**	**719.727**
Custos dos produtos vendidos	28	(522.430)	(543.644)
Lucro bruto		**191.530**	**176.083**
Despesas comerciais	29	(91.545)	(85.300)
Despesas gerais e administrativas	30	(32.502)	(31.013)
Provisão para perda de crédito esperada		(89)	(48)
Outras receitas	31	4.586	1.080
Outros despesas	31	(1.088)	(2.726)
Resultado antes das receitas/(despesas) financeiras líquidas e impostos		**70.891**	**58.078**
Receitas financeiras	32	7.814	12.739
Despesas financeiras	32	(60.436)	(64.465)
Variações cambiais, líquidas	32	(825)	1.246
Despesas financeiras líquidas		**(53.447)**	**(50.480)**
Resultado antes dos impostos		**17.444**	**7.597**
Imposto de renda e contribuição social - corrente	13.b	(6.077)	(6.152)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	13.b	843	(10.685)
		(5.235)	**(16.837)**
Lucro líquido do exercício		**12.209**	**(9.239)**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)

	Capital Social	Reserva de lucros	Reserva legal	Reserva de capital	Lucros/ (prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**186.095**	**9.182**	**483**	**-**	**-**	**195.761**
Integralização de capital	173	-	-	-	-	**173**
Constituição de reservas	-	-	-	1.981	-	**1.981**
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	-	(9.239)	**(9.239)**
Absorção do prejuízo	-	(9.182)	(57)	-	9.239	**-**
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**186.268**	**-**	**426**	**1.981**	**-**	**188.675**
Integralização de capital	276	-	-	1	-	**277**
Constituição de reservas	-	-	610	-	-	**610**
Lucro líquido do exercício	-	11.599	-	-	-	**11.599**
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**186.545**	**11.599**	**1.037**	**1.982**	**-**	**201.162**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional: A Sofape Fabricante de Filtros S.A. denominada marca "Tecfil" tem como sua principal atividade a fabricação de filtros automotivos, presente no mercado há 70 anos. Atualmente, possui duas unidades fabris, um centro de distribuição e um deposito fechado, localizados no município de Guarulhos/SP, com capacidade para produção 8 milhões de filtros por mês. Atende ao mercado de reposição e mercado de private label, além de fornecer para grandes montadoras nacionais e clientes no exterior. No ano de 2022, houve aumento de capital por exercício de opções (2º SOP) em R$ 173.166,74 correspondente a 200.675 novas ações, passou a ser representado por 186.368.696 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal. Em 04 de maio de 2023 houve aumento de capital por exercício de opções (3º SOP) em R$ 276.083,04 correspondente a 276.628 novas ações, passando a ser representado por 186.645.324 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. A sede oficial da Empresa está localizada na Rodovia Presidente Dutra, km 213,8 - Jardim Cumbica - Guarulhos/SP. **2. Base de preparação:** Declaração de conformidade (com relação às normas do IFRS, as normas brasileiras de contabilidade emitidas pelo CFC e as normas do CPC). As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados. As demonstrações financeiras apresentam informações comparativas em relação ao exercício anterior. As demonstrações financeiras individuais da Empresa foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as normas e práticas contábeis adotadas no Brasil. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração da Empresa em 29 de fevereiro de 2024. Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras. **3. Moeda funcional e de apresentação:** Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R$), que é a moeda funcional da Empresa. Todos os saldos estão apresentados arredondados em milhares de reais (R$), exceto quando indicado de outra forma. As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Empresa utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os saldos das contas de balanço são convertidos pela taxa de câmbio vigente nas datas dos balanços. Os ganhos e as perdas de variação cambial resultantes da liquidação dessas transações e da conversão de ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconhecidos no resultado do exercício. **4. Uso de estimativas e julgamentos:** Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Empresa e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revistas de maneira contínua, e são reconhecidas prospectivamente. **a) Julgamentos:** As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • **Nota Explicativa nº 23 - arrendamento mercantil a pagar:** a Empresa determina o prazo do arrendamento como o prazo contratual, juntamente com os períodos incluídos em eventual opção de renovação na medida em que essa renovação seja avaliada como razoavelmente certa e com períodos cobertos por uma opção de rescisão do contrato na medida em que também seja avaliada como razoavelmente certa. **b) Incertezas sobre premissas e estimativas:** As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2023 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • **Nota Explicativa nº 18 - intangível:** uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, que é o maior entre o valor justo líquido das despesas de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo líquido das despesas de venda é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos as despesas de venda. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Empresa ainda não tenha se comprometido, ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação. As principais premissas utilizadas para determinar o valor recuperável das diversas unidades geradoras de caixa, incluindo análise de sensibilidade; • **Nota Explicativa nº 11 - contas a receber de clientes:** a Empresa utiliza uma matriz de provisão para calcular a perda de crédito esperada para contas a receber. As taxas de provisão aplicadas são baseadas em dias de atraso de clientes. A provisão baseia-se inicialmente nas taxas de perda histórica observadas pela Empresa, que revisada de maneira prospetiva para ajustá-la de acordo com a experiência histórica de perda de crédito; • **Nota Explicativa nº 26 - patrimônio líquido:** a estimativa do valor justo dos pagamentos com base em ações requer a determinação do modelo de avaliação mais adequado para a concessão de instrumentos patrimoniais, o que depende dos termos e das condições da concessão. Isso requer também a determinação dos dados mais adequados para o modelo de avaliação, incluindo a vida esperada da opção, volatilidade e rendimento de dividendos e correspondentes premissas. A Empresa mensura o custo de transações liquidadas com ações com funcionários baseado no valor justo dos instrumentos patrimoniais na data da sua outorga. Para a mensuração do valor justo de transações liquidadas com ações outorgadas a empregados na data de concessão, a Empresa utilizado o modelo Black Scholes; • **Nota Explicativa nº 13 - Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos:** ativo fiscal diferido é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do ativo fiscal diferido que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras. Esses prejuízos se referem a controladas que apresentam histórico de prejuízos, não prescrevem e não podem ser utilizados para fins de compensação com lucro tributável em outra parte da Empresa. A compensação dos prejuízos fiscais acumulados fica restrita ao limite de 30% do lucro tributável gerado em determinado exercício fiscal; • **Nota Explicativa nº 33 - instrumentos financeiros:** quando o valor justo de ativos e passivos financeiros registrados no balanço patrimonial não pode ser mensurado com base em preços cotados nos mercados ativos, o valor justo é mensurado com base em técnicas de avaliação, incluindo o modelo de fluxo de caixa descontado. Os inputs considerados nesses modelos são obtidos de mercados observáveis, quando possível. Nas situações em que esses inputs não podem ser obtidos de mercados observáveis, um grau de julgamento é necessário para estabelecer os respectivos valores justos. Os julgamentos associados incluem avaliação do risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas relativas a esses fatores poderiam afetar o valor justo dos instrumentos financeiros; • **Nota Explicativa nº 23 - arrendamento mercantil a pagar:** a Empresa não é capaz de determinar prontamente a taxa de juros implícita no arrendamento e, portanto, considera a sua taxa de incremental sobre empréstimos para mensurar os passivos do arrendamento. A taxa incremental é a taxa de juros que a Empresa teria que pagar ao pedir emprestado, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar. Dessa forma, essa avaliação requer que a Administração considere estimativas quando não há taxas observáveis disponíveis ou quando elas precisam ser ajustadas para refletir os termos e condições de um arrendamento; • **Nota Explicativa nº 25 - provisões para riscos trabalhistas, cíveis e tributários:** a Empresa reconhece provisão para causas cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais com o prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **5. Bases de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais, que são mensurados a cada data de reporte e reconhecidos nos balanços patrimoniais: • Os instrumentos financeiros derivativos são mensurados pelo valor justo; • Os instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo. **6. Classificação corrente versus não corrente:** A Empresa apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: • Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido do decurso normal do ciclo operacional da entidade; • Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado; • Espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço; e • É caixa ou equivalente de caixa, a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos 12 meses após a data do balanço. Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado como não circulante quando: • Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade; • Está mantido essencialmente para a finalidade de ser liquidado; • Deve ser liquidado no período de até 12 meses após a data do balanço; e • A entidade não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço. Os termos de um passivo que podem, à opção da contraparte, resultar sua liquidação por meio da emissão de instrumentos patrimoniais não afetam a sua classificação. A Empresa classifica todos os demais como passivo no não circulante. Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante. **7. Políticas contábeis:** As políticas contábeis descritas em detalhe a seguir foram aplicadas consistentemente nos exercícios apresentados nesta demonstração financeira, salvo indicação ao contrário. **a) Instrumentos financeiros: Classificação e mensuração:** A Sociedade classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, mantidos até o vencimento e disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. **Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado:** Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "resultado financeiro" no período em que ocorrem, a menos que o instrumento tenha sido contratado em conexão com outra operação. Neste caso, as variações são reconhecidas na mesma linha do resultado afetada pela referida operação. **Ativos mantidos até o vencimento:** São basicamente os ativos financeiros que não podem ser classificados como empréstimos e recebíveis, por serem cotados em um mercado ativo. Neste caso, estes ativos financeiros são adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do exercício. **Ativos financeiros disponíveis para venda:** Os ativos financeiros disponíveis para venda são não-derivativos que são classificados nessa categoria ou que não são classificados em nenhuma outra categoria. Eles são incluídos em ativos não-circulantes, a menos que a administração pretenda alienar o investimento em até 12 meses após a data do balanço. Os ativos financeiros disponíveis para venda são contabilizados pelo valor justo. Os juros de títulos disponíveis para venda, calculados com o uso do método da taxa de juros efetiva, são reconhecidos na demonstração do resultado como receitas financeiras. A parcela correspondente à variação no valor justo é lançada contra patrimônio líquido, na conta ajustes de avaliação patrimonial, sendo realizada contra resultado quando da sua liquidação ou por perda considerada permanente ("impairment"). **Valor justo:** Os valores justos dos investimentos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra. Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou cotação pública, a Sociedade estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, a análise de fluxos de caixa descontados e os modelos de precificação de opções que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas pela administração da própria entidade. A Sociedade avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está registrado por valor acima de seu valor recuperável ('impairment'). Se houver alguma evidência para os ativos financeiros disponíveis para venda, a perda cumulativa - mensurada como a diferença entre o custo de aquisição e o valor justo atual, menos qualquer perda por 'impairment' desse ativo financeiro previamente reconhecida no resultado - é retirada do patrimônio e reconhecida na demonstração do resultado. **b) Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor e limites utilizados de conta garantida. **c) Contas a receber:** As contas a receber de clientes são avaliadas no momento inicial pelo valor presente e deduzidas das perdas estimadas na realização das contas a receber. As perdas estimadas na realização das contas a receber são estabelecidas quando existe uma evidência objetiva de que a Sociedade não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável. **d) Ativos não circulantes: Imobilizado:** Terrenos, edifícios, máquinas, equipamentos e outros ativos são demonstrados pelo custo histórico de aquisição. A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com as taxas divulgadas na Nota Explicativa nº 15. Os terrenos não são depreciados. Ganhos e perdas em alienações são determinados pela comparação dos valores de alienação com o valor contábil e são incluídos no resultado. Reparos e manutenção são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos. O custo das principais renovações é incluído no valor contábil do ativo no momento em que for provável que os benefícios econômicos futuros que ultrapassarem o padrão de desempenho inicialmente avaliado para o ativo existente fluirão para a Sociedade. As principais renovações são depreciadas ao longo da vida útil restante do ativo relacionado. **Redução ao valor recuperável de ativos:** O imobilizado e outros ativos não circulantes são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente. O ágio é resultante da incorporação da controladora em 2019. Esse ágio, por não ter vida útil definida a partir de 1º de janeiro de 2009, não é mais amortizado contabilmente. **e) Provisões:** As provisões são reconhecidas quando a Sociedade tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita. **f) Passivo circulante e não circulante:** Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias e / ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável os passivos circulantes e não circulantes são registrados em valor presente, transação a transação, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação. A contrapartida dos ajustes a valor presente é contabilizada contra as contas de resultado que deram origem ao referido passivo. A diferença entre o valor presente de uma transação e o valor de face do passivo é apropriada ao resultado ao longo do prazo do contrato com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva. **g) Reconhecimento de receita:** A receita compreende o valor presente pela comercialização de produtos até a data-base do balanço. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos. A Sofape estabelece um modelo de cinco etapas para contabilizar a receita proveniente de contrato com cliente e exige que a receita seja reconhecida em um valor que reflita a contraprestação que a entidade espera receber em troca da transferência de bens ou serviços para um cliente. A Sofape exige que as entidades exerçam julgamento, levando em consideração todos os fatos e circunstâncias relevantes ao aplicar cada etapa do modelo a contratos com seus clientes. Os contratos da Empresa com clientes possuem uma única obrigação de desempenho que consiste na venda de filtros automotivos. A Empresa concluiu que a receita da venda de bens deve ser reconhecida no momento em que o controle dos ativos é transferido ao cliente, geralmente com a entrega dos produtos. Alguns contratos de venda de filtros concedem aos clientes direito de descontos e bônus por desempenho. De acordo com o CPC 47, o direito de devolução e os abatimentos por volume geram uma contraprestação variável. Os preços são formados mediante acordo com os clientes e em sua grande maioria formalizados em contratos. **8. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2023:** A Empresa revisou e avaliou que não houve impacto relevante nas normas aplicadas inicialmente em 1º de janeiro de 2023 ou após esta data: **a)** IFRS 17 - contratos de seguro; **b)** Definição de estimativas contábeis - alterações ao IAS 8; **c)** Divulgação de políticas contábeis - alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2; **d)** Imposto diferido relacionado a ativos e passivos originados de uma simples transação - alterações ao ias 12; **e)** Reforma tributária internacional - regras do modelo do pilar dois - alterações ao ias 12. A Empresa decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes. **9. Normas emitidas, mas ainda não vigentes: a) Alterações ao IFRS 16: passivo de locação em um *sale and leaseback* (transação de venda e retroarrendamento):** Em setembro de 2022, o IASB emitiu alterações ao IFRS 16 (equivalente ao CPC 06 - arrendamentos) para especificar os requisitos que um vendedor-arrendatário utiliza na mensuração da responsabilidade de locação decorrente de uma transação de venda e arrendamento de volta, a fim de garantir que o vendedor-arrendatário não reconheça qualquer quantia do ganho ou perda que se relaciona com o direito de uso que ele mantém. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024 e devem ser aplicadas retrospectivamente a transações sale and leaseback celebradas após a data de aplicação inicial do IFRS 16 (CPC 06). A aplicação antecipada é permitida e esse fato deve ser divulgado. Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras da Empresa. **b) Alterações ao IAS 1: classificação de passivos como circulante ou não-circulante:** Em janeiro de 2020 e outubro de 2022, o IASB emitiu alterações aos parágrafos 69 a 76 do IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação das demonstrações contábeis) para especificar os requisitos de classificação de passivos como circulante ou não circulante. Às alterações esclarecem: • O que se entende por direito de adiar a liquidação; • Que o direito de adiar deve existir no final do período das informações financeiras; • Que a classificação não é afetada pela probabilidade de a entidade exercer seu direito de adiar;• Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for ele próprio um instrumento de patrimônio, os termos de um passivo não afetarão sua classificação. Além disso, foi introduzida uma exigência de divulgação quando um passivo decorrente de um contrato de empréstimo é classificado como não circulante e o direito da entidade de adiar a liquidação depende do cumprimento de covenants futuros dentro de doze meses. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024 e devem ser aplicadas retrospectivamente. A Empresa está atualmente avaliando o impacto que as alterações terão na prática atual e se acordos de empréstimo existentes podem exigir renegociação. **c) Acordos de financiamento de fornecedores - alterações ao IAS 7 e IFRS 7:** Em maio de 2023, o IASB emitiu alterações ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstrações do fluxo de caixa) e ao IFRS 7 (equivalente ao CPC 40 (R1) - Instrumentos financeiros: evidenciação) para esclarecer as características de acordos de financiamento de fornecedores e exigir divulgações adicionais desses acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações têm como objetivo auxiliar os usuários das demonstrações financeiras a compreender os efeitos dos acordos de financiamento com fornecedores nas obrigações, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024. A adoção antecipada é permitida, mas deve ser divulgada. Não se espera que as alterações tenham impacto material nas demonstrações financeiras da Empresa.

10. Caixa e equivalentes de caixa

	2023	2022
Caixas e bancos	16.086	24.004
Aplicações financeiras - compromissadas **(a)**	45.894	76.183
Disponibilidades em outras moedas **(b)**	4.997	15.972
	66.977	**116.159**

(a) As aplicações financeiras compromissadas são títulos emitidos pelos bancos com o compromisso de recompra tendo como atualização com percentual sobre o CDI e prazos predeterminados, lastreados por títulos privados ou públicos dependendo da disponibilidade do banco, e são registradas na CETIP; **(b)** Referem-se a valores recebidos de clientes em moeda estrangeira e ainda não convertidos para Real.

11. Contas a receber de clientes

	2023	2022
Clientes mercado interno	89.694	55.559
Clientes mercado externo	19.821	13.558
Perda de crédito esperada para contas a receber	(416)	(752)
	109.099	**68.365**

Os valores estão ajustados a valor presente no montante de R$ 1.625 em 2023 (R$ 1.210 em 2022). A seguir, estão demonstrados os saldos de contas a receber de clientes por idade de vencimento, líquidos de perda de crédito esperada para contas a receber:

	2023	2022
A vencer	**99.000**	**62.395**
Vencidos		
Até 30 dias	4.790	4.592
De 31 a 60 dias	1.659	1.152
De 61 a 90 dias	1.343	-
De 91 a 180 dias	1.812	172
Acima de 180 dias	495	54
	109.099	**68.365**

A movimentação da perda de crédito esperada para contas a receber para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022 está assim representada:

	2023	2022
Saldos no início do exercício	**(752)**	**(864)**
Adições	(122)	(308)
Baixas	33	160
Reversões	425	260
Saldos no final do exercício	**(416)**	**(752)**

12. Estoques

	2023	2022
Matéria-prima	15.603	25.033
Produtos acabados	58.262	66.620
Produtos semiacabados	9.953	11.013
Materiais diversos **(a)**	7.641	6.426
Importação em andamento	21	12
Provisão para perdas	(902)	(794)
Custos a Apropriar	541	8
	91.119	**108.318**

(a) Referem-se a materiais para manutenção, Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) e estoques de terceiros em nosso poder. A movimentação das provisões para estoques de giro lento e/ou obsoletos para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022 está assim representada:

	2023	2022
Saldos no início do exercício	**(794)**	**(663)**
Adições	(108)	(131)
Saldos no final do exercício	**(902)**	**(794)**

13. Imposto de Renda e Contribuição Social - diferidos: O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do Imposto de Renda, a base negativa da Contribuição Social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras: **a) Composição do Imposto de Renda e da Contribuição Social diferidos:**

	2023	2022
Prejuízos fiscais e base negativa de CSLL	**7.455**	**9.886**
Diferenças temporárias		
Depreciação	(2.700)	(2.791)
Provisão para estoque obsoleto	307	270
Provisão perda de crédito esperada para contas a receber	141	255
Provisão de comissões a pagar	110	2
Arrendamentos CPC 06 (R2)	2.019	2.222
Perdas com ajuste a valor presente	175	15
Ágio derivado de expectativa de rentabilidade futura	(34.846)	(34.846)
Outros	8.350	5.152
Total de Imposto de Renda e Contribuição Social diferido líquido	**(18.989)**	**(19.836)**
Impostos diferidos ativos	15.858	15.011
Impostos diferidos passivos	(34.847)	(34.847)
Impostos diferidos líquido - (passivo) e ativo	**(18.989)**	**(19.836)**

b) Reconciliação da despesa de Imposto de Renda e da Contribuição Social

	2023	2022
Lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	**17.444**	**7.597**
Imposto de Renda e Contribuição Social pela alíquota fiscal nominal de 34%	(5.931)	(2.583)
Despesas indedutíveis	497	(2.038)
Outros	262	160
Efeitos apuração de 2021	-	(12.528)
Reconciliação conta contábil apuração corrente 2023	(13)	-
Reconciliação Conta Contábil Apuração 2021	-	152
Reconciliação Conta Contábil Apuração 2022	(47)	-
Imposto de Renda e Contribuição Social no resultado	(5.232)	(16.837)
Taxa efetiva	**30%**	**222%**
Corrente	(6.077)	(6.152)
Diferido	845	(10.685)

(a) O aumento da taxa efetiva em 2022 é reflexo da variação em algumas adições e exclusões que compõem a base de cálculo do Imposto de Renda e da Contribuição Social. Dentre os maiores e principais valores estão: (i) Adição da despesa Plano SOP no valor de R$ 1.981; (ii) Redução no valor da exclusão do Cut Off comparando o ano de 2021 (R$ 4.540) com o ano de 2022 (R$ 3.281), isso trouxe um aumento na base de cálculo do IRPJ e da CSLL de 1.259 (impacto de 6% nos 59% da taxa efetiva); (iii) Aumento na adição da variação monetária do CADE do ano de 2021 (R$ 934) para o ano de 2022 (R$ 1.928) esse aumento de 994 ocasionou um aumento na base de cálculo do IRPJ e CSLL e representa um impacto de 4% nos 59% da taxa efetiva e (iv) efeito de ajustes da apuração de 2021 no montante de R$ 12.528. Esses quatro fatores somados trazem um reflexo de 19% dentro da taxa efetiva apurada em 2022. As projeções de geração de resultados tributáveis futuros incluem várias estimativas referentes ao desempenho das economias brasileira e internacional, flutuação de taxas de câmbio, volume de vendas, preços de venda e alíquotas de impostos, entre outras, que podem apresentar variações em relação aos dados e valores reais. A seguir quadro referente a realização de ativo fiscal diferido:

	2023
2024	3.217
2025	3.753
2026	4.241
2027	4.647
Total	**15.858**

14. Tributos a recuperar

Tributos a recuperar	2023	2022
PIS e COFINS a recuperar **(a)**	3.495	16.877
ICMS a Recuperar	3.114	11.190
ICMS Diferido	592	651
ICMS-ST a recuperar	3.737	3.341
IPI a Recuperar	1.555	1.923
Outros impostos a recuperar	2.559	1.152
	15.052	**35.134**
Circulante	14.721	34.796
Não circulante	331	338

(a) Em 2021 foi registrado o crédito proveniente da exclusão do ICMS na Base de Cálculo do PIS e COFINS homologados junto à Receita Federal, o que gerou um aumento expressivo no saldo das contas de PIS e COFINS a recuperar nesse período. Com a utilização gradual dos créditos no decorrer dos exercícios de 2022 e 2023 houve uma redução no saldo dessas contas, o que é um fluxo natural em função da utilização desses créditos tributários.

15. Instrumentos financeiros derivativos

	2023	2022
Ganhos não realizados com instrumentos derivativos (a)	-	343
Perdas não realizadas com instrumentos derivativos	(33)	(417)
	(33)	**(74)**

(a) Operações de swap para proteger a Empresa de variação cambial e monetária.

	2023	2022
Saldos no início do exercício	**(74)**	**886**
Liquidação	1.329	4.629
IR sobre derivativos	-	(128)
Resultado com derivativos	(1.288)	(5.461)
Saldos no final do exercício	**(33)**	**(74)**

16. Partes relacionadas: Remuneração de pessoal-chave da Administração: A remuneração total do pessoal-chave da Administração da Empresa está assim composta:

	2023	2022
Renda fixa - salário, férias, 13º salário e bônus.	2.848	1.986

A Empresa também possui plano de *stock options*, conforme divulgado na Nota Explicativa n° 26.

17. Ativo imobilizado: a) Composição do imobilizado:

	Taxas anuais de depreciação	31/12/2023 Custo	Depreciação acumulada	Imobilizado líquido	31/12/2022 Imobilizado líquido
Benfeitorias	8% - 50%	12.495	(11.189)	1.306	1.665
Instalações	8% - 50%	26.261	(15.968)	10.293	10.867

Sofape Fabricante de Filtros S/A

CNPJ Nº 04.155.026/0001-60

nacionais e estrangeiros, incluindo as contas a receber de clientes em aberto. O risco de crédito nas contas a receber é administrado pela Diretoria Financeira e Comercial e revisado mensalmente pelo Comitê Financeiro. As nossas exportações estão amparadas pelo seguro de crédito de exportação. As vendas da Empresa apresentam baixo risco de crédito, não havendo clientes representando mais que 6% do faturamento líquido. A Empresa possui uma política de crédito que estabelece limites e prazos, dentro dos padrões de liquidez, que são determinados por diversos instrumentos de rating. Além da diversificação no mercado interno, uma parcela de produtos é destinada ao mercado externo, seguindo o mesmo procedimento de avaliação de risco. No que diz respeito às aplicações financeiras e aos demais investimentos a Empresa tem como política trabalhar com instituições de primeira linha e não ter investimento concentrado em um único Grupo econômico. Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício, e a administração não espera perdas significativas decorrentes de inadimplência dessas contrapartes, além das perdas já provisionadas nestas demonstrações. **vi) Risco de liquidez:** Risco de liquidez é o risco em que a Empresa irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas a seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Empresa na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações nos vencimentos, sob condições normal e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Empresa. Adicionalmente, são analisados periodicamente mecanismos e ferramentas que permitam captar recursos de maneira a reverter posições que poderiam prejudicar a liquidez da Empresa. O quadro a seguir demonstra os riscos de liquidez por faixa de vencimento e refletem o fluxo financeiro da Empresa em 31 de dezembro de 2023:

Saldos em 31 de dezembro de 2023	Valor contábil	Fluxo financeiro projetado (incluindo juros)	Até 12 meses	13 a 24 meses	25 a 72 meses
Fornecedor	62.780	-	62.780	-	-
Empréstimos e Financiamentos	173.666	194.647	125.198	55.685	13.764
	236.446	**194.647**	**187.978**	**55.685**	**13.764**

Análise de sensibilidade: Na análise de sensibilidade relacionada ao risco de exposição cambial, a Administração entende a necessidade de considerar além dos ativos e passivos, com exposição à flutuação das taxas de câmbio, registrados no balanço patrimonial, o valor da curva dos instrumentos financeiros contratados pela Empresa para proteção de determinadas exposições, conforme demonstrado na tabela a seguir:

	31/12/2023
Empréstimos e financiamentos no Brasil em moeda estrangeira (Nota 20)	(5.389)
Fornecedor registrado no Brasil em moeda estrangeira (Nota 19)	(4)
Contas a receber registradas no Brasil em moeda estrangeira (Nota 11)	19.821
Disponibilidades em outras moedas (Nota 10)	4.997
Exposição cambial líquida	**19.425**

34. Cobertura de seguros: A Empresa adota uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e sua relevância, contratados por montantes considerados suficientes pela Administração, levando em consideração a natureza de suas atividades e a orientação de seus consultores de seguros. A cobertura dos seguros, em valores de 31 de dezembro de 2023, é assim demonstrada:

	2023	2022
Seguro patrimonial	513.054	510.200
Responsabilidade civil - geral	10.000	10.000
Responsabilidade civil - Diretores e Administradores	30.000	30.000
Frota de veículos	1.450	1.450
Cyber security	30.000	20.000

35. Demonstração do fluxo de caixa: A seguir estão demonstradas as movimentações de ativos e passivos que não afetaram o caixa e, portanto, foram excluídas das demonstrações do fluxo de caixa nos respectivos exercícios. Caso as operações tivessem afetado o caixa, seriam apresentadas nas Rubricas "Fluxo de caixa":

	2023	2022
Outros valores incorporados	-	-
Arrendamento operacional	1.951	4.486
Efeito no caixa líquido das atividades operacionais	**1.951**	**4.486**
Aquisições de ativo imobilizado e intangível	(1.951)	(4.486)
Efeito no caixa líquido das atividades de investimento	**(1.951)**	**(4.486)**
Integralização de capital	276	173
Efeito no caixa líquido das atividades de financiamento	**276**	**173**

Jorge Schertel - Presidente - CEO
Rogel Delgado Santos - Diretor Financeiro
Adriano Benedetti - CRC-1SP196413/O-7

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Aos Acionistas e Administradores da **Sofape Fabricante de Filtros S.A.** São Paulo - SP

Opinião: Examinamos as demonstrações contábeis da **Sofape Fabricante de Filtros S.A.**, que compreende o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual, da **Sofape Fabricante de Filtros S.A.,** em 31 de dezembro de 2023, o desempenho individual de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à **Sofape Fabricante de Filtros S.A.,** de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a **Sofape Fabricante de Filtros S.A.** continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a **Sofape Fabricante de Filtros S.A.** ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da **Sofape Fabricante de Filtros S.A.**; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da **Sofape Fabricante de Filtros S.A.** Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a **Sofape Fabricante de Filtros S.A.** a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais que representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada; Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 29 de fevereiro de 2024.

BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.
CRC 2 SP 013846/O-1

Henrique Herbel de Melo Campos
Contador CRC 1 SP 181015/O-3

Assinado por EMPRESA FOLHA DA MANHA S A:60579703000148 em 20/03/2024 11:31:13 com o número de série 2AA71D011FE70A53.

ITI Instituto Nacional de Tecnologia da Informação

http://publicidadelegal.folha.uol.com.br/documento/28012

ICP Brasil